

## **PROJETO DE LEI N.º 7.129, DE 2006**

(Do Sr. Milton Monti)

Modifica os artigos 19 e 54 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, Lei de Registros Públicos, tornando obrigatória a inclusão do tipo e fator sangüíneos na certidão de nascimento.

**DESPACHO:** 

APENSE-SE À(AO) PL-308/1995.

**APRECIAÇÃO:** 

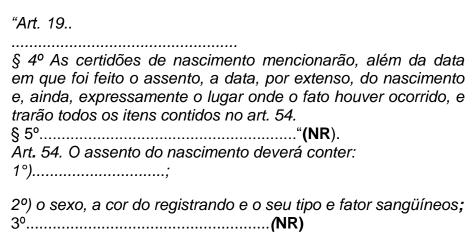
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

#### O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a inclusão, na certidão de nascimento, de tipo e fator sangüíneos.

Art. 2º A Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:



Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **JUSTIFICAÇÃO**

Uma das medidas que poderiam beneficiar a nossa sociedade, indubitavelmente, seria a inclusão obrigatória do tipo e fator sangüíneos na certidão de registro de nascimento.

Muito se progrediu com o advento da lei que concedeu gratuidade para a expedição das certidões de nascimento a todos os brasileiros.

Mas é necessário fazer mais. É útil, conveniente e oportuno que essas certidões tragam mais informações que as atualmente descritas na Lei.

A colocação do tipo e fator sangüíneos na certidão de nascimento é informação extremamente necessária para, até mesmo, salvar vidas.

Quanto custaria ao cartório de registro de nascimento o colocar essa informação nas certidões? Absolutamente nada. Mas quanto ela valeria para a sociedade? Vidas, muitas vidas, pois haverá casos em que esta simples informação será o limite entre a vida e a morte das pessoas, principalmente de crianças.

Além do mais, cerca de 70 ou 80% da população brasileira desconhece o seu tipo e fator sangüíneos, a aprovação deste Projeto com certeza a beneficiará.

Por tais razões, contamos com o apoio dos insignes colegas para esta nossa Proposta.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 2006.

#### **Deputado MILTON MONTI**

#### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

#### **LEI Nº 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1973**

Dispõe sobre os Registros Públicos e dá outras Providências.

### TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS CAPÍTULO IV DA PUBLICIDADE

- Art. 19. A certidão será lavrada em inteiro teor, em resumo, ou em relatório, conforme quesitos, e devidamente autenticada pelo oficial ou seus substitutos legais, não podendo ser retardada por mais de 5 (cinco) dias.
- § 1º A certidão, de inteiro teor, poderá ser extraída por meio datilográfico ou reprográfico.
- § 2º As certidões do Registro Civil de Pessoas Naturais mencionarão, sempre, a data em que foi lavrado o assento e serão manuscritas ou datilografadas e, no caso de adoção de papéis impressos, os claros serão preenchidos também em manuscrito ou datilografados.

- § 3º Nas certidões de registro civil, não se mencionará a circunstância de ser legítima, ou não, a filiação, salvo a requerimento do próprio interessado, ou em virtude de determinação judicial.
- § 4º As certidões de nascimento mencionarão, além da data em que foi feito o assento, a data, por extenso, do nascimento e, ainda, expressamente, o lugar onde o fato houver ocorrido.
- § 5º As certidões extraídas dos registros públicos deverão ser fornecidas em papel e mediante escrita que permitam a sua reprodução por fotocópia, ou outro processo equivalente.
- Art. 20. No caso de recusa ou retardamento na expedição da certidão, o interessado poderá reclamar à autoridade competente, que aplicará, se for o caso, a pena disciplinar cabível.

Parágrafo único. Para a verificação do retardamento, o oficial, logo que receber alguma petição, fornecerá à parte uma nota de entrega devidamente autenticada.

# TÍTULO II

DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

#### CAPÍTULO IV DO NASCIMENTO

Art. 54. O assento do nascimento deverá conter:

- 1) o dia, mês, ano e lugar do nascimento e a hora certa, sendo possível determinála, ou aproximada;
  - 2) o sexo do registrando;
  - 3) o fato de ser gêmeo, quando assim tiver acontecido;
  - 4) o nome e o prenome, que forem postos à criança;
  - 5) a declaração de que nasceu morta, ou morreu no ato ou logo depois do parto;
- 6) a ordem de filiação de outros irmãos do mesmo prenome que existirem ou tiverem existido;
- 7) os nomes e prenomes, a naturalidade, a profissão dos pais, o lugar e cartório onde se casaram, a idade da genitora, do registrando em anos completos, na ocasião do parto, e o domicílio ou a residência do casal;
  - \* Item 7 com redação determinada pela Lei nº 6.140, de 28 de novembro de 1974.
  - 8) os nomes e prenomes dos avós paternos e maternos;
- 9) os nomes e prenomes, a profissão e a residência das duas testemunhas do assento, quando se tratar de parto ocorrido sem assistência médica em residência ou fora de unidade hospitalar ou casa de saúde.
  - \* Item 9 com redação dada pela Lei nº 9.997, de 17/08/2000.

FIM DO DOCUMENTO
emolumentos, à decisão do juiz competente.
do oficial, este submeterá por escrito o caso, independente da cobrança de quaisquer
de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa
Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis
não o impedir a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato.
adiante do prenome escolhido o nome do pai, e, na falta, o da mãe, se forem conhecidos e

Art. 55. Quando o declarante não indicar o nome completo, o oficial lançará